

Revolução e discurso: uma apresentação de conceitos metodológicos de análise do discurso

Autor

Nome: André Urban Kist

E-mail: andre_kist@hotmail.com

Instituição: Mestre em Ciências Sociais – Unisinos

1. Introdução

O presente trabalho pretende articular referenciais analíticos da psicanálise e da filosofia política para pensar o tema da revolução do século XIX aos dias atuais, e assim pensar estratégias de pesquisa e interpretação discursiva de acontecimentos e situações políticas sob o viés da revolução.

Nesse caso, apresentaremos parte de uma dissertação de mestrado defendida em 2018, introduzindo as ferramentas conceituais-metodológicas criadas para essa pesquisa que analisou a Greve Geral de 1917 em São Paulo, a partir da distinção entre saber revolucionário e discurso revolucionário, criando delimitações e definições entre a estrutura de discurso(saber revolucionário) e sua dimensão estruturante (discurso revolucionário).

O saber revolucionário engloba as definições que cabem num dicionário, é passível de ser colocado em enciclopédias e em termos universalizantes que definem conceito revolução e seus fenômenos concretos (Revolução Russa, Revolução Cubana, por ex.).

O discurso revolucionário, por outro lado, não depende da máxima definidora de fenômeno político, da tomada de poder e instauração de um governo revolucionário; mas é composto por práticas discursivas criadas por agentes que produzem uma suspensão temporária de poder.

2. Revolução

O termo revolução tem seu sentido transformado ao longo do tempo. Embora hoje engendre um sentido fortemente político, não foi sempre assim. No século XVI, seu uso era empregado no sentido astronômico, para designar o percurso e a trajetória de planetas, um processo cíclico e permanente (WILLIAMS, 2007, p.357).

O significado de revolução ganha seu caráter atual no século XVIII, quando passa a ser atribuído a eventos políticos únicos “que nos confrontam, direta e inevitavelmente, com o problema do começo” e produzem o sentido de “dar origem a algo inteiramente novo” (ARENDR, 1988, p.17).

O termo ganhou seu sentido político no século XVIII, na medida que foi se desfazendo de termos como revolta, rebelião e motim. Mas é apenas no século XVIII que assume definitivamente a criação de uma nova ordem, de um levante criado para dar origem a algo novo (WILLIAMS, 2007, p.359).

Tomar o poder de forma violenta é o sentido que emerge de uma primeira busca nos dicionários de ciências sociais acerca da revolução¹. Todas definições gerais citadas pressupõe esse movimento (esse ato, ação) executado por determinados agentes (sujeitos) da ação, no que diz respeito a uma (tentativa de) mudança política, social e econômica no sistema capitalista².

Em Outhwaite e Bottomore (1996), trata-se de uma tomada violenta e ilegal de poder; ou então uma “alteração brusca” (as vezes sangrenta e violenta) na ordem social, política e institucional vigente (BIROU, 1996), a destruição dessa ordem (THINES e LAMPEREUR, 1970); uma forma de irrupção e radicalidade nas estruturas políticas e sociais (SILVA e NETTO, 1987); a derrocada de autoridades existentes (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 2000); luta por uma nova ordem social, e troca de uma velha ordem (WILLIAMS, 2007), uma mudança radical em movimento às antigas formas, mudanças na estrutura e grupo no poder, nos modos de produção (COHAN, 1981).

Esses atos políticos visam produzir mudanças profundas nas instituições governamentais (OUTHWAITE e BOTTOMORE, 1996), modificar as ordens vigentes (BIROU, 1966) ou propor uma alternativa a elas (sistema político e/ou estrutura social) (THINES e LAMPEREUR, 1970), substituindo autoridades e assim provocando mudanças profundas nos âmbitos políticos, jurídico-constitucionais e socioeconômicos (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 2000); pretendem implementar uma nova ordem social violentamente e radicalmente (WILLIAMS, 2007), instituir novas formas não experimentadas de estrutura social (COHAN, 1981).

É importante retomar as considerações de Decouflé (1970, p.8) sobre uma obstinada ênfase para “a determinação das causas das revoluções e de seus respectivos limites cronológicos”, sob o risco de se reduzir a uma caracterização trivial” (p.9), tentando não simplificar o tema diante de respostas à questão “em que condições poderá uma revolução eclodir?” (p.10).

Como desdobramento dessa impossível tarefa de delimitar uma causa, é inevitável pensar em fatores que podem contribuir para tanto, ou que se repetem ao longo da história. Como no fundamento da contradição entre “forças produtivas e formas burguesas de produção” que produzem a possibilidade revolucionária “na sequência de uma nova crise”, apontadas por Marx a respeito dos conflitos franceses do século XIX (2008a, p.183).

Hobsbawm (1977) localiza a “era das revoluções” nas experiências do final do século XVIII, na Europa da Revolução Industrial (Inglaterra, a partir de 1780) e Revolução

1 Os autores e obras que me baseio são dicionários de ciências sociais e políticas. Conferir Williams (2007), Bobbio; Matteucci e Pasquino (2000), Outhwaite e Bottomore (1996), Silva e Miranda Neto (1987), Cohan (1981) e Birou (1966).

2 Não pretendemos, portanto, tratar das revoluções enquanto mudanças fundamentais (RAYMOND, 2007), como a Revolução Industrial ou Científica (OUTHWAITE e BOTTOMORE, 1996), ou as revoluções “não políticas” - termo bastante contraditório – ou genuínas em Silva e Netto (1987).

Francesa (1789-1848). Para Arendt (1988), a experiência da revolução como tal entra em questão no campo político a partir da Revolução Americana (1776) e com a Revolução Francesa (1789).

Para ambos os autores, o acontecimento francês inscreveu novo grupo social no campo político, a partir da questão social: antes destinada aos homens livres (livres de todas as preocupações relacionadas com as necessidades da vida), a multidão na França faz enunciar no campo político a voz dessas pessoas que não eram livres, pois estavam “presas as necessidades do dia-a-dia”. Essa multidão de “pobres e oprimidos que em todos os séculos passados tinham estado ocultos na obscuridade e na degradação (ARENDR, 1988, p.39).

A Revolução Francesa de 1789 não tinha lideranças claras em sua irrupção, mas criou-se um consenso de ideias gerais que dava unidade sob o grupo social da “burguesia” e ideias influenciadas pelo liberalismo clássico, que não movimentaram essencialmente a revolução (provavelmente ela teria ocorrido) mas possibilitaram a substituição de um regime por outro (HOBBSAWN, 1977, p.76-77), dando corpo e representação à continuidade do processo, que inspirou de forma singular a “atmosfera política” do mundo naquele momento (HOBASBAWN, 1977, p.109):

“Sabia-se agora que a revolução social era possível, que as nações existiam independentemente dos Estados, os povos independentemente de seus governantes e até mesmo que os pobres existiam independentemente das classes governantes”.

O nosso interesse em pesquisar esse tema foi de tentar sair da tentativa de explicar os significados do conceito de revolução. Além ou aquém de tal tarefa, tentamos criar um olhar analítico e metodológico para experiências políticas, preservando características do sentido discursivo de revolução.

Hanna Arendt (1988) entende que os processos de revolução dificilmente tem um sentido e uma ação precisas, são desconhecidas, mas na medida que ocorrem produzem o aparecimento da liberdade (p.23). A criação de um novo governo (p.29) e “a criação de um corpo político que assegure o espaço onde a liberdade pode aparecer”, ou seja, a instituição da liberdade (p.100).

Decouflé (1970, p.35), adiciona dois caracteres originais da revolução, em torno da ideia de projeto revolucionário: totalidade e historicidade. O primeiro em relação com a ordem social que a revolução visa renovar, em direção a toda humanidade; a segunda questão, em torno de uma relação específica com a história, na medida em que está “a um tempo, profundamente incrustado na história e situado fora dela: tem seu próprio passado e seu porvir singular”.

O conceito de totalidade incluiria reconhecer “os revoltados contra a ordem do mundo” que pretendem transformá-la, ou os “revoltados contra o mundo” que perderam a esperança de transformação mas “querem pelo menos transformar a vida cotidiana do maior número possível de homens” (DECOUFLÉ, 1970, p.38). Trata-se de uma aspiração, por mais abstrata que seja, carregada de elementos que tensionam o conceito de totalidade.

A noção que Arendt (1988, cf. cap.3,4 e 5) dá aos processos constitucionais da revolução é, ao nosso ver, sintomático desse problema. Primeiramente, admite que o processo revolucionário engendra dois elementos contraditórios entre si: por um lado, a preocupação com a estabilidade e a durabilidade dessa nova estrutura revolucionada. Por outro, uma característica aberta às capacidades de inovação e criação humanas, uma revolução deve manter o “espírito da inovação” (ARENDR, 1988, p.178).

Sua ênfase recai sobre os aspectos constitucionais, na medida que, para ela, a compreensão conceitual da revolução é “precedido pela incapacidade da revolução de prover-se de uma instituição duradoura” (ARENDR, 1988, p.185), que a revolução é um ato de fundação de um novo corpo político (p.178) que constitui e instaura a liberdade (p.28). Nesse sentido, segundo ela, a Revolução Americana triunfou pois não foi movida pela compaixão (p.56), isso porque os americanos se deparavam de outra forma com a questão social: “eram pobres, mas não miseráveis” (p.54), e portanto, o problema que enunciavam não era de ordem social, mas eminentemente político, dizendo respeito “não à ordem da sociedade, mas à forma de governo” (p.55).

“Nada seria mais injusto do que tomar como indiscutível o sucesso da Revolução Americana e submeter a julgamento o fracasso dos homens da Revolução Francesa. O sucesso foi devido não apenas ao discernimento dos fundadores da república, embora esse discernimento fosse, de fato, bastante apreciável. O ponto a salientar é que a Revolução Americana teve sucesso, mas, apesar disso, não introduziu a novus ordu saeculorum, e que a Constituição pôde ser estabelecida de fato, como uma existência real numa forma visível, mas, ainda assim, não se tornou para a liberdade o que a gramática é para a linguagem. A razão do sucesso da primeira e do fracasso da última foi que o estado de pobreza estava ausente no cenário americano, mas presente em todos os lugares do mundo” (ARENDR, 1988, p.54).

Hanna Arendt critica Hegel (1988, p.42-43) e uma conseqüente dimensão da totalidade, assim como da relação intrínseca que tentou traçar em suas obras sobre o totalitarismo e a obra marxista (DANTAS, 2013, p.2), o que parece excluir a dimensão necessária de totalidade da revolução, aproximando totalidade discursiva com discurso totalitário. Ao sentenciar o sucesso americano da luta “contra a tirania e a opressão, não contra a exploração e a pobreza”, modificando a relação entre governantes e governados (ARENDR, 1988, p.59), entende que a revolução americana seguiu “comprometida com a

implantação da liberdade e o estabelecimento de instituições duradouras” (p.73).

Parece-nos que nessa análise carece a noção de discurso, excluindo a hipótese de discursos heterogêneos mas também comuns, que produzem eventos políticos distintos, como no caso de uma Hegemonia, proposta por Laclau e Mouffe (1987) .

Os discursos precisam estar articulados numa relação íntima com os processos de totalidade. Para nós, não há “sucesso” nessa revolução num sentido de relação com o saber revolucionário, porque tal processo não se movimentou em direção a uma totalidade discursiva, transgredindo fronteiras do Estado Nação estadunidense.

Laclau e Mouffe (1987, p.160), renunciam a ideia de sociedade como totalidade unificada e objeto de análise, entendendo o discurso na dimensão de uma totalidade parcial , criado através de práticas de articulação (p.179), significando a realidade como totalidade.

O problema de Arendt (1988) é tentar criar diferenças elementares internas ao discurso sobre revolução (suprimindo a existência de uma totalidade discursiva) a partir dos elementos particulares que diferenciam os acontecimentos³. Nosso ponto é demonstrar que cada evento político é portador de uma particularidade, que ao mesmo tempo dialoga com a dimensão de uma totalidade articulada em um discurso, o discurso de revolução que compreende uma ordem social e econômica que circunscreve o mundo globalizado.

Isso elimina a relação entre a construção de um discurso e a transformação da realidade, na medida que o discurso é uma forma de significação, e portanto, de criação da própria realidade (a serviço da manutenção de uma ordem ou de sua radical ruptura). Se pensarmos em qualquer constituição de um Estado Nação, como Arendt (1988) enfatiza no processo americano, suas palavras são um dos elementos constituintes do discurso, mas não um discurso em si.

A tradição de Tocqueville é definida como “triumfo obstinado da igualdade”, pressupondo uma igualdade entre indivíduos independente de suas desigualdades sociais reais (DUBET, 2001, p.6). Porém, cria-se um problema explicado pela teoria de Laclau e Mouffe (1987) no âmbito discursivo.

Porque essa tradição institui uma essência a priori do conceito de igualdade, pressupondo uma universalidade (totalidade discursiva) sem considerar a articulação de um discurso que a produza. Laclau (1996, p.100) propõe uma busca de universalidade alcançada através da equivalência, e não de uma essência subjacente ou um princípio condicionado a priori.

Para Pinto (1999, p.94), o sujeito revolucionário proletário de Marx não é um

3 Uma hipótese a ser desenvolvida aqui, é a exploração do termo totalidade no âmbito do discurso, na medida que não é pelo seu funcionamento e estrutura de totalidade aparente que poderá representar um sistema totalitário, por exemplo. O elemento totalitário contém, como qualquer discurso que tentamos delimitar, uma dimensão de totalidade, que precisa ser analisado a partir de seus significantes e relação entre discursos.

universal a priori, e sim um particular. Antes de considerá-lo um sujeito revolucionário é preciso uma posição de resistência à exploração, e nomear essa resistência organizando-se numa luta anticapitalista.

A igualdade de Tocqueville e a suposição de que todos são iguais perante as leis, se vista como universais a priori, é como a crítica aos filósofos alemães que desciam do céu à terra, ao invés de irem da terra aos céus. Trata-se de uma inversão ideológica do mundo em seu contrário, de cima para baixo (MARX e ENGELS, 2007, p.94). Uma coisa é supor a igualdade entre os homens antes de qualquer coisa (essência subjacente), outra coisa é olhar para um mundo de desigualdades, revoltar-se, interpretar e desejar e lutar pela igualdade entre os homens, construindo um discurso que articula o desejo de criar esse particular em direção a uma dimensão universal.

Com isso, queremos dizer que a relação entre revolução e projeto, ou entre projeto (implícito ou explícito) e sua realização numa constituição, por exemplo, não são dadas a priori. O entendimento de um discurso de revolução soma-se às experiências particulares de projetos revolucionários, assim como de levantes sem um projeto claramente definido.

Ao mesmo tempo, os elementos de um projeto revolucionário podem se realizar em processos de institucionalização carregados de valores (liberdade, igualdade, fraternidade), o que não implica necessariamente que os valores e aspirações imbuídos em tais projetos vão desencadear as mudanças que aspiram, por mais precisas e interessantes que sejam.

Arendt (1988) apontou que a liberdade política foi constituída na América (o que já seria questionável), mas a miséria e exclusão política continuou a ser percebida no restante do mundo, sem ter o processo americano como referência. Isso indica um elemento, não enunciado por ela, de que não havia entre os americanos uma pretensão de mudar o “velho mundo” e suas colônias, pensavam apenas em seu “novo continente”. Uma dimensão particular da liberdade que não se constituiu como discurso universalizado.

Nesse caso, pensando no funcionamento que Laclau e Mouffe (1987) propõem da hegemonia, o discurso norte-americano de revolução não teve pretensão de configurar um campo articulatório de sentido hegemônico.

É por isso que a construção de um particular como, “todos são iguais perante a lei”, prescinde da necessidade de um discurso e de um sujeito coletivo real materializado através de movimentos, organizações, estratégias e acontecimentos permanentes. Essas instâncias podem pressupor que formule princípios e caminhos em direção a liberdade e emancipação coletiva.

Ou seja, o ponto de partida não é necessariamente seu fim, essa não realizada igualdade, mas o princípio que tensiona o campo político das instituições e dos regimes de distribuição e produção da sociedade, como uma aspiração que movimenta os sujeitos construindo e desejando uma emancipação subjetivada, não apenas individual mas relativo

à coletividade enquanto culturas e sociedades constituintes da totalidade. Caso contrário, é um valor abstrato e particular que se inscreve no campo político e se institui como universal falsamente ou ideologicamente.

Quando Deouclé (1970) nos diz da relação entre totalidade e historicidade, está falando de uma dimensão universal do conceito de revolução e dos acontecimentos revolucionários, com a qual os projetos e experiências (particulares) vão dialogar. Arendt (1988), por outro lado, enfatiza dimensões particulares das experiências, sem articular essas experiências num discurso de totalidade parcial. Tal ênfase pode ser explicada por ela não considerar o caráter material do discurso, que se constrói em direção a uma totalidade estruturada e o conseqüente corte entre o ideal e o real das experiências.

Embora a autora reconheça a distinção dessa situação em relação a transposição de suas fronteiras, a existência dessa criação da liberdade no “novo continente” é da ordem da revolução, instituiu um processo de liberdade mas, acrescentamos, uma liberdade particular que sequer orientou-se numa pretensão universal. Então não há como estabelecer um nexos entre o particular e o universal, visto que não se constituiu de forma intensa como uma preocupação destes agentes da constituição americana.

3. Revolução e saber revolucionário

A questão que se coloca, inicialmente, é que o discurso de revolução orienta-se e é construído simbolicamente a partir de um saber, o saber revolucionário. Funciona como uma totalidade parcial, cujo topo da cadeia de símbolos desdobrassem do termo revolução, que abriga o leque das experiências revolucionárias e seus sentidos conceituais, interpretativos. As tentativas de definição e conceituação encontradas nos dicionários são elementos do saber revolucionário.

Aqui, cabe lembrar que falamos de elementos no sentido de Laclau e Mouffe (1987) como os múltiplos elementos que constituem uma relação equivalencial (MENDONÇA, 2009, p.159). Nesse caso, conceitos e definições constituem o saber revolucionário, mas é preciso ainda acrescentar outros elementos, como as próprias experiências de revolução ou tentativa de revolução e a análise de seus discursos.

Mesmo considerando fatores causais, condições sociais e econômicas, concepções teóricas e análise dos movimentos revolucionários⁴, elas pressupõe uma lógica discursiva de que uma revolução se caracteriza pela tomada de poder de forma violenta, ou deve pretender em seu escopo prático que assim seja (como um ponto de partida desse discurso).

4 Refiro-me especificamente à Bobbio; Matteucci e Pasquino (p.1121, 2000), Outhwaite e Bottomore (p.665, 1996), Silva e Miranda Neto (1987), Cohan (p.38, 1981) e Birou (p.361, 1966)

Figura 1. Saber revolucionário. Elaborada pelo autor.



Imaginemos essa estrutura como um sistema aparentemente fechado e com algumas falhas, alguns pontos de entrada. É nesse sentido que desenvolveremos o primeiro termo, o saber revolucionário enquanto uma estrutura de saber que abriga a discussão conceitual e a caracterização de experiências em torno dos significados da experiência e de teorias revolucionárias.

Trata-se de uma síntese conceitual no pensamento sociológico acerca da revolução, o *saber revolucionário*, que é o discurso produzido na conjunção de saberes e experiências revolucionárias, criando sentidos (sejam eles estratégicos, doutrinários, interpretativos, formalizações e definições). O enunciado-síntese da revolução 'tomar o poder de forma violenta' constitui o saber revolucionário.

A síntese conceitual produz também um problema interpretativo: a forma interpretativa sobre as experiências, tendo a síntese como seu fio condutor: pressupõe que há uma tomada de poder violenta, de que ela se efetive, e normalmente essa efetivação se constitui no campo das instituições políticas, econômica, sociais. Mas o que se produz em momentos que os sujeitos se engajam numa tentativa como essa, mesmo que fracassada ou de menores proporções?

O discurso revolucionário, que apresentaremos a seguir, constitui-se num processo onde os sujeitos que o engendram desejam e dialogam com uma totalidade discursiva aberta, criando uma série de significações na direção de um horizonte profundo de transformação social, sem poder prever diretamente o curso, a qualidade e os passos desta direção.

Se tomarmos a noção de saber revolucionário, esse conjunto simbólico de significações constituídas em torno da ideia de revolução que se tornam um saber inserido numa enciclopédia revolucionária, é através dessa totalidade que o discurso revolucionário irá se constituir e adquirir sentidos. É a condição para que ele exista, como um sistema de símbolos que estabelece seus limites, diferenças entre si e regras de funcionamento.

4. Revolução e acontecimento: discurso revolucionário

O conceito metodológico de discurso revolucionário para análise de situações políticas foi inspirado pelas ideias de Alain Badiou sobre o acontecimento (1996, 2012). EM sua obra *A hipótese comunista* (2012), o autor dá continuidade a sua ontologia do acontecimento, construído principalmente em *O ser e o acontecimento* (1996), engendrando a dimensão ontológica da lógica revolucionária. A Comuna de Paris é um destes marcos da

história que produziram o que ele chama acontecimento.

A França do século XIX seguiu produzindo situações políticas de insurreição e revolta, após a Revolução Francesa. Depois de viver seu primeiro momento de República (1792-1804) e passado a era napoleônica (o primeiro, 1804-1815), a Revolução de julho de 1830 veio balançar a dinastia dos Bourbons, para dar início à monarquia de julho de Luis Felipe (duque de Orléans)(MARX, 2008a, p.79).

Luis Felipe, ligado a aristocracia financeira (banqueiros, reis de ferrovia, proprietários de minas), exploravam em conjunto o deficit estatal (que aumentava suas fortunas), gerando fraudes e subornos dos mais diversos (MARX, 2008a, p.65-67).

Essa conjuntura corrupta dos poderosos da aristocracia financeira era percebida por boa parte da sociedade parisiense em meados de 1847 (MARX, 2008a, p.69), deflagrando em fevereiro de 1848 um novo conflito.

Os burgueses esperavam instaurar uma votação nacional para instauração do governo provisório, mas os operários “estavam decididos a não tolerar uma escamoteação semelhante à de julho de 1830”. A proclamação da República é dada logo em seguida: República Francesa: Liberdade, Igualdade, Fraternidade (MARX, 2008a, p.72-73).

“Tal como nas jornadas de julho (1830) os operários tinham conquistado a monarquia burguesa, nas jornadas de fevereiro conquistaram a república burguesa. Tal como a monarquia de julho fora obrigada a anunciar-se como uma monarquia rodeada por instituições republicanas, assim a república de fevereiro foi obrigada a anunciar-se como uma república rodeada por instituições sociais. O proletariado parisiense forçou também essa concessão” (MARX, 2008a, p.74).

Um complexo jogo de dança dos poderes vai se constituindo, até o momento em que Luís Napoleão dá seu golpe em 1852, após 4 anos da II República. Durante os anos que precederam o golpe de Napoleão, ficaram em conflito na Assembleia Constituinte e Assembleia Nacional os orleanistas (defensores de Luis Felipe e a aristocracia financeira) e os legitimistas (da dinastia Bourbon e da velha aristocracia monárquica), aglutinados sob o “partido da ordem” (MARX, 2008a, p.128); do outro lado, uma complexa trama entre os republicanos aglutinados no “partido da Montagne” (representantes dos democratas pequeno-burgueses) (MARX, 2008a, p.97). Estes grupos ainda tiveram que lidar com as artimanhas e manobras de Luís Bonaparte, que do lado Executivo e dos lumpemproletariados mobilizou outras forças (MARX, 2008b).

Ambos os processos tiveram influência dos proletários nas ruas, mas suas demandas eram silenciadas nos processos constitucionais e em meio aos conflitos dos poderes. É interessante notar a minúcia das análises de Marx (2008a, 2008b) sobre os conflitos e interesses em jogo. A “dramática dança dialética”, como bem nomeou Hobsbawn

no período entre 1789 e 1848 (1977, p.80):

“Repetidas vezes veremos moderados reformadores da classe média mobilizando as massas contra a resistência obstinada ou a contrarrevolução. Veremos as massas indo além dos objetivos dos moderados rumo às suas próprias revoluções sociais, e os moderados, por sua vez, dividindo-se em um grupo conservador, daí em diante fazendo causa comum com os reacionários, e um grupo de esquerda, determinado a perseguir o resto dos objetivos dos moderados, ainda não alcançados, com o auxílio das massas, mesmo com o risco de perder o controle sobre elas”.

A Comuna de Paris é um episódio singular nesse sentido. Em 1870, com a queda de Luís Bonaparte (1852-1870) feito prisioneiro pelo exército prussiano (ENGELS, 2008, p.344), os republicanos de Thiers se autodeclararam um governo popular, massacrando os que consideravam traidores e traindo os próprios operários que lhes ajudaram, armados na defesa contra os prussianos (MARX, 2008c, p.376). A “dança dialética” cumpria-se outra vez.

Thiers era conhecido desde a revolução de 1830, um homem de estado que “é a expressão intelectual mais acabada da sua própria corrupção de classe” (MARX, 2008c, p.380); tinha claros interesses em “conter o ímpeto político popular” (BADIOU, 2012, p.54), elegendo assembleias conservadoras e pouco legítimas, em meio a uma mobilização espirituosa dos operários que clamavam pela participação (p.55).

Como em 1830 e 1848, em 1871 havia uma presença maciça de operários dispostos a lutarem pelas armas (BADIOU, 2012, p.60), e tinham as condições em suas mãos pois foram armados para proteger Paris da guerra contra a Prússia (MARX, 2008c, 376). A Guarda Nacional em 1871, composta por uma maioria operária, organizava-se em torno de comitês centrais ligados a diversos distritos da cidade, tinha um poderoso poder militar nas mãos (todos os canhões das fronteiras municipais) (BADIOU, 2012, p.62).

Essa situação era um obstáculo para a manutenção do governo de Thiers (MARX, 2008c, p.389), que fez publicar cartazes urgentes, na madrugada do 17 de março de 1871, chamando, os “bons cidadãos” a se separarem dos maus, organizando uma investida durante a madrugada contra os operários (BADIOU, 2012, p.62; MARX, 2008c, p.390):

“Cansada por cinco meses de fome, Paris não vacilou um só instante. Heroicamente, decidiu correr todos os riscos contra os conspiradores franceses [...] Dos 300 mil guardas nacionais apenas 300 responderam a esse convite [...] A gloriosa revolução operária de 18 de março apossou-se indiscutivelmente de Paris. O Comitê Central era seu governo provisório” (MARX, 2008c, p.390-391)

O ato de 18 de março de 1871 põe em cheque as lógicas de organização e um

sujeito coletivo que toma o poder. Segundo Ferreira (1975, p7), revelou-se uma profunda solidariedade de uma multidão que surgiu em apoio à Guarda Nacional. Assim, “[...] centenas de mulheres do povo, seguidas de operários anônimos e guardas nacionais que agiam por conta própria, cercam os soldados” (BADIOU, 2012, p.62): isso possibilitou a suspensão do poder e a criação de processos de verdade em direção ao impossível (um governo popular mundial, por exemplo), através do possível nomeado por Ferreira (1975, p.10) “o primeiro governo proletário e popular da História”. É esse sem-nome que nos transporta para o real do acontecimento, a existência de algo não representável e que se apresenta como corte no impossível do real, engendrando um processo de verdade no saber revolucionário.

“Ainda que não tenha uma verdadeira direção, a rebelião cresce, ocupa toda a cidade. As organizações operárias armadas tomam as casernas, os prédios públicos, e por fim, a prefeitura de Paris, que, sob a bandeira vermelha, foi o lugar e o símbolo do novo poder. Thiers foge por uma escada secreta, o ministro Jules Favre pula por uma janela, todo o aparelho governamental some e instala-se em Versalhes. Paris fica entregue à insurreição” (BADIOU, 2012, p.63).

Na noite de 18 de março, com a Prefeitura vazia, constataram que não tinham “mandato popular” (BADIOU, 2012, p.63). Com essa escolha, “dizem” o seguinte: não podemos entrar e representar um levante, só estamos aqui e temos “um poder a tomar” por conta dessa força que surgiu (esse sujeito coletivo antes inexistente). Vamos organizar uma eleição com representantes em todos os distritos e comitês da cidade, aproveitar que as pessoas saíram às ruas e estão mobilizadas, e a partir disso as decisões desse novo governo popular serão tomadas.

Em 23 de março organizou-se eleições entregando o poder ao povo de Paris, elegendo 90 representantes populares que instituem (em 26 de março) 10 comissões para tratar da governança municipal (FERREIRA, 1975, p.8):

“A Comuna é solenemente proclamada na Câmara Municipal parisiense; a legalidade da Comuna é admitida por todos, mesmo pelos jornais menos republicanos que livremente se continuam a imprimir em Paris [...] Ranvier é encarregado de fazer a transferência de poderes do Comitê Central e declara no meio de entusiásticas aclamações: “Em nome do povo, é proclamada a Comuna”. Toda a gente canta, aplaude, bebe, abraça-se. A Comuna de Paris será durante alguns dias uma festa coletiva plena de confiança e liberdade” (FERREIRA, 1975, p.8)

É nesses termos que o acontecimento é “criação de novas possibilidades”, não apenas situado no campo das possibilidades objetivas, mas também no campo da possibilidade dos possíveis (BADIOU, 2012, p.72):

“O que também pode ser dito: em relação à situação ou ao mundo, um acontecimento abre a possibilidade daquilo que, do estrito ponto de vista da composição dessa situação ou da legalidade desse mundo, é propriamente impossível. Se recordamos que, para Lacan, temos a equação real = impossível, vemos de imediato a dimensão intrinsecamente real do acontecimento. Poderíamos dizer também que um acontecimento é o advindo do real enquanto possível futuro dele mesmo”.

Esse ato de criação (um ato de enunciação da tomada de poder) pode ser visto como ato de um rompimento estrutural, não aparece naquilo que é dito explicitamente, “se não que prediz implicitamente”, está no processo de enunciação (CUÉLLAR, 2013, p.90). O enunciado é o dito, enunciação é o ato de dizer (NEGRO, 2013, p.121). O enunciado aqui é a estrutura linguística do saber revolucionário (tomar o poder de forma violenta), o ato de enunciação é da produção de um discurso revolucionário.

A enunciação no caso da Comuna foi precisamente superar seu enunciado (tomar o poder), suas condições de dizer previamente estruturados (os proletários organizados), engendrando um sujeito de enunciação (o povo que surgiu em defesa, incerto, vago, difuso) que tinha um poder a tomar. Os operários organizados, esses que se apresentavam de forma a representar mais concretamente o povo, poderiam ter repetido o que os grupos burgueses e republicanos fizeram nas revoluções e insurreições anteriores, ocupando os órgãos de poder em nome desse sujeito coletivo. A pergunta chave é: “temos um poder a tomar, o que fazemos?”.

O enunciado ‘tomar o poder de forma violenta’ é um dito do saber revolucionário. As descrições narrativas ou os enunciados explícitos endereçados em torno do significante revolução produzem possibilidades de análise sobre a enunciação dos discursos em torno da revolução. A criação de um sujeito coletivo (constituído pelo levante que defendeu e somou-se à Guarda Nacional organizada) é atualizada e legitimada no discurso pela escolha por instaurar as eleições e iniciar um governo proletário, dando caráter de real a tal sujeito coletivo através de um ato de enunciação.

Se o enunciado da revolução ‘tomar o poder de forma violenta’ inscreve-se no saber revolucionário, enquanto conjunto de significações em torno da revolução, o discurso dos agentes dessas experiências através de seu ato de enunciação produz um ‘discurso revolucionário’, fruto dessa experiência revolucionária particular que se inscreve no saber revolucionário, a partir de seus elementos de criação e de novidade no campo político.

“Tomar o poder de forma violenta” é um saber enciclopédico. Nossa intenção com essa diferença conceitual-metodológica é produzir rupturas e falhas no enunciado/síntese do discurso de revolução e do saber revolucionário, rupturas que engendram uma verdade sobre a revolução, na busca de discursos revolucionários.

O enunciado é o ato realizado: os operários da Comuna de Paris tomaram o poder violentamente. Mas isso pode encobrir o desenvolvimento narrativo acerca da forma que o sujeito produziu significantes acerca de um acontecimento comum e de tomada de poder, um fato histórico mas também uma experiência individual e coletiva através de seus atos de enunciação.

Esses atos criam uma correspondência com “a cadeia enunciada constitutiva do discurso”, expressa pelo sujeito e “articulada pela estrutura de linguagem” (CUÉLLAR, 2013, p.91), o saber revolucionário. O “material simbólico significativo de um saber em sua generalidade, saber que precede e determina todo o conhecimento da realidade objetiva imaginária do significado” é assim colocado em cheque, tensionado (CUÉLLAR, 2013, p.91).

O fio condutor dessa pesquisa visou formalizar esse impasse empírica e teoricamente: independente das questões de categorização dos eventos (insurreição ou revolução) ou de seus elementos doutrinários (anarquistas e anarco-comunistas, socialistas). A Greve Geral de 1917 vista sob determinado ângulo, produziu um discurso revolucionário, um ato de enunciação que se inscreve no enunciado do saber revolucionário através da suspensão de poder temporária.

Para Ranciere (2010b, p.31), os atos revolucionários do século XIX colocam em questão um vacilo institucional e das autoridades: um poder de massa, não institucionalizado num partido, não tem objetivo explícito de “tomar o poder”. Opõe seu poder de palavra e manifestação, quando este era invisível, criando um espaço onde o poder torna-se nu: isso produz “um poder a tomar”.

Para Ranciere (1996), uma verdade política instaura-se a partir da inscrição simbólica de uma representação social (uma classe, um povo) que antes não podia falar ou não era contada como falante (p.40), ou seja, é a possibilidade concreta de enunciação transformada e reconhecida em palavra, daquilo que antes parecia ser ruído, consentimento, ou pura revolta (p.35):

“Não há política porque os homens, pelo privilégio da palavra, põem seus interesses em comum. Existe política porque aqueles que não têm direito de ser contados como seres falantes conseguem ser contados, e instituem uma comunidade pelo fato de colocarem em comum o dano que nada mais é que o próprio enfrentamento, a contradição de dois mundos alojados num só: o mundo em que estão e aquele em que não estão, o mundo onde há algo "entre" eles e aqueles que não os conhecem como seres falantes e contáveis e o mundo onde não há nada” (RANCIERE, 1996, p.40).

O acontecimento badiouano, ato de criação de novas possibilidades na política, é o advento da política que nos fala Ranciere (1996), quando o conflito político é marcado pelo

advento (acontecimento, existência) de um tipo de sujeito muito específico (o povo, um sujeito coletivo). Badiou (1996;2012) nos fornece a chave interpretativa, Ranciere (1996), o “objeto” que devemos encontrar de tal interpretação. Isso porque a noção de acontecimento engendrada por Badiou (2012) constitui os momentos em que a política é um processo dinâmico e sobreposto à lógica policial.

Como na experiência da Comuna. No momento que os operários da Guarda Nacional escolheram não entrar na Prefeitura e realizar eleições municipais, engendraram um sujeito coletivo no real-simbólico-imaginário. Todo debate político, nos mostra Ranciere (1996, p.59), implica numa terceira pessoa de tratamento (o povo, os trabalhadores), e uma terceira pessoa identificada que institucionaliza o conflito social. A Guarda Nacional era o elemento identificável e institucionalizável, que poderia dizer “os proletários estão no poder”, e assim entrar na prefeitura vazia como fez Thiers em 1870.

Quando um grupo de operários organiza-se em torno de uma greve, está colocando em cheque a relação do poder e gestão de uma fábrica, causando ruptura à lógica produtiva e gerencial do processo produtivo, visto que os trabalhadores são os que efetivamente fazem a fábrica funcionar. O ato da greve torna o poder nulo por um instante através de sua suspensão, podendo produzir rupturas institucionais, possibilitando a formalização de novos acordos da relação entre capital e trabalho a partir do embaralhamento das funções ativas no processo.

É que nesse ato de criar um espaço de nulidade do poder através do processo coletivo, os atores engendram uma “suspensão de poder”, uma falha e uma ruptura na estrutura do poder. Essa criação não é estrutural, não é uma revolução e não está imediatamente relacionada ao saber revolucionário, pois o ato da Greve Geral de 1917 não pode ser visto como uma “tomada do poder de forma violenta” e a instituição de um governo revolucionário. Por mais paradigmático que isso possa parecer, trata-se da criação de um vazio no saber revolucionário.

Ao olhar de forma aparente pela estrutura de tal saber, a Greve Geral de 1917 não é uma revolução, e não pretendemos dizer o contrário: não significa o sentido estruturado de uma revolução. Mas isso não desconsidera que os atores de tal acontecimento imaginavam, aspiravam e, de alguma forma, se direcionavam a um objetivo de transformação radical do sistema capitalista, dialogando com a estrutura do saber revolucionário e produzindo efeitos importantes através de seu discurso, o discurso revolucionário.

Os militantes constituíram um discurso com vias de transformação, interrogando uma instância simbólica, o saber revolucionário, relacionando projetos revolucionários, doutrinas, fórmulas e estratégias, sonhos, devires (simbólicos e imaginários) e seu desdobramento em conceitos operativos que os realizam (o real dos sindicatos, partidos), como uma articulação da interpretação ao real e à realidade. Entendemos que essa

construção, próxima do saber revolucionário e ao mesmo tempo fora dela, é um discurso dessa interrogação ao Outro simbólico que produz o discurso revolucionário, um fragmento do saber revolucionário que vem tensionar sua estrutura.

O enunciado-síntese 'tomar o poder de forma violenta' é uma repetição significativa que, se por um lado indica certa obviedade (que trata de uma síntese de conhecimento acerca da revolução), é também um ponto de partida subvertido pelo campo empírico. No caso da Greve Geral de 1917, o poder é relacionado aos modos de produção e sua suspensão é temporária: nossa aposta na investigação inscreve esse ato dentro do saber revolucionário a partir do discurso revolucionário, que mantêm acesa uma hipótese revolucionária.

O discurso revolucionário é, portanto, um *ato de enunciação da tomada de poder*, num movimento que o *suspende* através de uma massa (instância surgida e antes inexistente, incontável no campo político), criando temporariamente formas de dialetizar as relações entre grupos não organizados e grupos organizados contra a exploração e dominação de sua época, formando os levantes aglutinados sob o alguma articulação em vias de hegemonizar.

O ato de produção desse discurso é o ato de enunciação em que os operários tornam-se sujeitos de sua emancipação. Reunidos nos espaços para além do trabalho explorado, nos bairros, nas ligas operárias, sindicatos, cafés e bares, construíam, sonhavam e desejavam sua emancipação através desse sujeito coletivo real, simbólico e imaginário⁵.

A construção de um ato de suspensão do poder produz um vazio, esse inominável da experiência. A relação entre os termos do sujeito coletivo em articulações simbólicas, imaginárias e reais constroem seu nível de intensidade e existência do acontecimento, produzindo novas cadeias enunciativas no discurso através da suspensão do poder e de um sujeito coletivo apto a tomar o poder.

Percebe-se também situações de suspensão de poder e construções espontâneas na recente da ocupação da Câmara de Vereadores em Porto Alegre, em 2013. Relembramos que houve um processo de construção de um projeto, que durou 3 dias de debates entre militantes organizados em grupos de trabalho na ocupação, visando um processo de transformação do transporte público em sistema gratuito no desenrolar de 10 anos, entregue aos vereadores como resultado da ocupação, "assinado pelo agente" Bloco de Lutas pelo Transporte Público⁶.

5 O prof. Frederico Viana Machado, membro da banca de defesa da dissertação, indicou em seus comentários o livro *A noite dos proletários*. Trata-se da tese de doutorado de Jacques Ranciere, em que ele pesquisa um jornal francês do século XIX, um trabalho de arquivo semelhante a minha pesquisa. No ato de reunir-se à noite, nos momentos de organização, leitura e discussão entre pessoas, produziam esses discursos (interpretações, literatura, poesia), os atos de enunciação do sujeito coletivo, formando esse sujeito que antes não era sujeito, não devia falar. Uma parcela dos sem-parcelas, no sentido que Ranciere constrói em *O desentendimento* (1996).

6 Existem poucos trabalhos que relatam essa experiência. Destaco a dissertação de Segarra (2015), e a

Não houve nenhuma devolução concreta em relação a essas propostas da ocupação, não se manteve a força política para manter a pressão sobre novas providências, e um processo judicial recaiu sobre algumas lideranças políticas do Bloco de Lutas. Essas experiências contemporâneas podem ser analisadas sob a ótica da suspensão de poder, percebendo momentos de construção política como essa da ocupação.

O mesmo se dá com as ocupações das escolas em 2015. Nesse caso, só em São Paulo foram ocupadas 200 escolas (JANUÁRIO et al, 2016), um caso de protagonismo de estudantes secundaristas que se apropriaram do poder institucional e da gestão cotidiana de seus espaços. Trata-se de atos atrelados a um tipo de gestão cotidiana de caráter micropolítico, que podem ser analisados a partir de sua relação entre elementos que articulam esse caráter de criatividade e agência política (o protagonismo e tornar-se sujeito de sua emancipação ocupando a escola) e seus aspectos de totalidade (a situação e os projetos de educação no Brasil e no mundo). Assim como a questão do transporte e da organização do espaço urbano contemporâneo e seus possíveis projetos comuns e públicos (em relação ao Bloco de Lutas), apenas para citar alguns elos de ligação.

Essa questão pode se inscrever a partir de um dos elementos fundamentais num movimento revolucionário: a formação de um sujeito coletivo a tomar o poder, e à forma real que essa tomada de poder acontece. Parece-nos que a mesma avaliação de Arendt (1988) e Decouflé (1970) sobre os organismos espontâneos surgidos dentro dos movimentos revolucionários (soviéticos, conselhos distritais) permitem criar novas questões para a luta revolucionária, já que esta luta e os mecanismos decorrentes dela (partidos, grupos organizados) não souberam mantê-las, ao menos com a vivacidade e intensidade que surgiram em sua base de formação dos levantes.

As diferentes experiências revolucionárias ao longo da história podem produzir discursos revolucionários, não há apenas um discurso sobre a experiência. A análise desta pesquisa visou contribuir na constituição de *um* discurso revolucionário sobre a Greve Geral de 1917, não necessariamente o discurso revolucionário produzido e reproduzido através dessa experiência, embora esses limites discursivos sejam apenas representativos.

Considerações finais

Concordamos com Decouflé (1970, p.74-77) sobre a necessidade de revisitar experiências espontâneas dos levantes populares urbanos anteriores à Revolução Francesa, os fenômenos de revoltas camponesas ao longo do século XVIII na França, o papel dos *sans-culottes* e suas organizações, e a formação dos levantes urbanos nas experiências de 1830 e 1848, e as experiências da gestão da Comuna de Paris de 1871 e dos Sovietes na Rússia, surgidos já em 1905.

produção paralela feita pelo mesmo autor, do documentário *Morar na casa do povo*, com imagens da ocupação e avaliação feita por alguns militantes, em momento posterior.

Acrescentaríamos a isso outras experiências em que é possível perder um vacilo e uma suspensão do poder das instituições, empresas, e mesmo do governo. No caso da Greve Geral de 1917, percebemos que o levante produziu um vazio nos espaços de poder constituído, e o Comitê de Defesa Proletária tomou o poder temporariamente como sujeito coletivo do discurso, criando possibilidades de um sujeito coletivo apto a tomar o poder, mesmo que isso não tenha se efetivado.

Além disso, analisando o discurso do Jornal A Plebe, podemos perceber também que os militantes construíram discursivamente um sujeito coletivo real, simbólico e imaginário, que arregimentou o discurso e teve um potencial temporário de hegemonização.

No irromper da greve de 1917, como demonstramos na referida dissertação, após a criação de uma interpretação sobre o mundo a ser transformado (introduzindo a questão social e os paradigmas da I Guerra Mundial), os operários organizados construíram um sujeito coletivo real/simbólico/imaginário: 1) o Comitê de Defesa Proletária, através das Ligas Operárias (elementos simbólicos do sujeito coletivo); 2) através da suspensão de poder produziram um sujeito coletivo imaginariamente apto a tomar o poder; e um sujeito coletivo real da criação política, através de suas articulações no antes, durante e depois da greve, através da lógica política contraposta a lógica policial (RANCIERE, 1996).

Referencial bibliográfico

ARENDDT, Hannah. Origens do totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARENDDT, Hannah. Da revolução. São Paulo: Editora Ática, 1988.

BADIOU, Alain. *A hipótese comunista*. São Paulo: Boitempo, 2012.

BIROU, Alain. *Dicionário das Ciências Sociais*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1966.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

CAMARENA, Carlos Gómez. Creación em el vórtice de lo real: Badiou y el análisis del discurso. In: PARKER, Ian; CUÉLLAR, David Pavón (Orgs.). *Lacan, discurso, acontecimiento* – Nuevos análisis de la indeterminación textual. Madrid: Plaza y Valdés Ed., 2013, p.247-260.

COHAN, A.S. Teorias da revolução. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981.

CUÉLLAR, David Pavón. El acto enunciativo y el problema de lo real em el análisis lacaniano de discurso. In: PARKER, Ian; CUÉLLAR, David Pavón (Orgs.). *Lacan, discurso, acontecimiento* – Nuevos análisis de la indeterminación textual. Madrid: Plaza y Valdés Ed., 2013, p.89-102.

DANTAS, Gilson. A crítica de Hannah Arendt a Karl Marx. Revista Sociologia em Rede, vol.3, n.1, 2013, p.2-18. Disponível em redelp.net/revistas/index.php/rsr/article/download/1dantas3/24

DECOUFLÉ, André. Sociologia das revoluções. São Paulo: Difel, 1970.

DUBET, François. As desigualdades multiplicadas. *Revista Brasileira de Educação*, n.17, mai/jun/jul/ago., 2001.

FERREIRA, Serafim. Apresentação A Comuna de Paris. 72 dias que abalaram o mundo. In. FERREIRA (org.). *A Comuna de Paris: Marx – Engels – Lênin*. Portugal: Fronteira, 1975.

FROSH, Stephen. Desintegrando la investigación cualitativa. In: PARKER, Ian; CUÉLLAR, David Pavón (Orgs.). *Lacan, discurso, acontecimiento – Nuevos análisis de la indeterminación textual*. Madrid: Plaza y Valdés Ed., 2013, p.25-36.

HOBBSAWN, Eric. A Era das Revoluções. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.

LACLAU, Ernesto. *Emancipación y diferencia*. Argentina: Compañia Editora Espasa Calpe Argentina S.A. / Ariel, 1996.

LACLAU, Ernesto.; MOUFFE, Chantal. *Hegemonía y estrategia socialista*. Hacia una radicalización de la democracia. Madrid: Siglo XXI, 1987.

MARX, Karl. As lutas de classes na França de 1848 a 1850. In MARX, Karl. *A revolução antes da revolução*, São Paulo: Expressão Popular, 2008a, p.63-198.

MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In MARX, Karl. *A revolução antes da revolução*, São Paulo: Expressão Popular, 2008b, p.207-338.

MARX, Karl. A guerra civil na França. In MARX, Karl. *A revolução antes da revolução*, São Paulo: Expressão Popular, 2008c, p.339-418.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã – Teses sobre Feuerbach. São Paulo: Ed. Boitempo, 2007.

NEGRO, Marcela Ana. Del superó al acto. Análisis de las modalidades de la posición subjetiva en el discurso. In: PARKER, Ian; CUÉLLAR, David Pavón (Orgs.). *Lacan, discurso, acontecimiento – Nuevos análisis de la indeterminación textual*. Madrid: Plaza y Valdés Ed., 2013, p.121-130.

OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento social do Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

RANCIERE, Jacques. O desentendimento: política e filosofia. São Paulo: Ed. 34, 1996.

RANCIERE, Jacques. O prazer da metamorfose política. *Urdimento – Revista de Estudos em Artes Cênicas / UDESC*, vol.1, n.15, 2010(b), p.25-32.

SILVA, Benedicto; MIRANDA NETTO, Antonio Garcia de. *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1987.

THINES, Gerrard.; LEMPEREUR, Agnés. *Dicionário Geral das Ciências Humanas*. Lisboa: Edições 70, 1975.

WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007.